

Histórico do **Novo Plano Diretor** de **Florianópolis** - Desenvolvido entre 2006 e 2013.

Histórico

A atualização do Plano Diretor de Florianópolis iniciou em 2006 , portanto, há mais de sete anos. Ao longo desse tempo, muitas dezenas de reuniões gerais, centenas de setoriais, numerosos seminários e audiências públicas foram efetivadas, enquanto diversas coordenações, diferentes chefias e métodos variados regeram os trabalhos de elaboração do novo Plano.

Cabe destaque e mérito à intensa participação de cidadãos em alguns dos grupos e subgrupos, que chegaram a realizar mais de duzentas reuniões comunitárias, propondo o melhor para os seus bairros, chegando a propor, em alguns casos, mapas e textos correlatos. Aos muitos que se envolveram com o propósito sincero de participar do planejamento da cidade, os mais sinceros cumprimentos do

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

Executivo Municipal, que se esmerou em absorver a imensa maioria das contribuições verdadeiramente comunitárias do processo, na proposta levada à Câmara Municipal.

Por outro lado, é dever do Poder Público aprofundar questões sobre pontos críticos do processo participativo. É importante considerar que também os modelos de participação necessitam ser aperfeiçoados no Brasil. Maior número de pessoas envolvidas, maior objetividade na condução nos debates, tempos de duração e número de reuniões compatíveis, menos formalismos e compromissos maiores com fatos e cronogramas reais, evitariam a ausência tácita de grande parte da sociedade nos processos, com a conseqüente ameaça de apropriação por segmentos menos representativos. Na prática, tem ocorrido a ocupação de muitos dos espaços ditos de representação por correntes minoritárias, compelindo o Poder Público a um processo artificial de transferência de poder e responsabilidades para grupos que se impõem pela via que intitulam de democrática, mas que na prática, não representa a maioria. Na verdade, muitas dessas correntes antagonizam a democracia, mas sobrevivem sempre que suas práticas sectárias não são enfrentadas. A maioria da população tem sido afugentada de processos que se intitulam participativos, mas nos quais, o que era para garantir a voz de todos, acaba como espaço político de poucos.

O desenvolvimento do Plano Diretor de Florianópolis tirar conclusões sobre o aspecto em que debates e abordagens, mas se concentraram nos últimos sete anos: aperfeiçoar de fato os processos participativos e fazer que representem, verdadeiramente, o caráter popular e democrático pretendido.

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

Histórico e sequência de ações

No início de 2013, empossado o novo prefeito eleito, César Souza Júnior, em eleição pautada pela humanização da cidade, o processo de atualização do Plano Diretor foi iniciado pela montagem de uma inédita equipe técnica no governo municipal. O Núcleo Gestor do Plano Diretor foi reconvocado mantendo-se o processo que havia sido interrompido em 2011.

A partir de fevereiro e, em respeito ao esforço de muitos, os trabalhos começaram pela análise de todo o material até então produzido, que incluía artigos e publicações, propostas, minutas do anteprojeto de lei, mapas distritais e a elaboração de um resumo das diretrizes e demandas apresentadas pela sociedade. Ao mesmo tempo, a nova equipe de governo transformava em projeto as ideias de atualidade e humanização, defendidas tanto pelo prefeito quanto pelo grupo de profissionais que passaram a compor o quadro da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, do Instituto de Planejamento Urbano – IPUF, e da Fundação do Meio Ambiente - FLORAM.

Vale mencionar que a equipe encontrou a cidade em situação de verdadeiro colapso, com problemas de mobilidade a cada dia mais sérios e com dezenas de construções aprovadas sumariamente nos últimos meses do mandato anterior, agravando ainda mais a problemática urbana existente. A gestão iniciou os trabalhos determinando a suspensão, por noventa dias, de novos alvarás de construção em todo o município, passando a reexaminar as licenças de construção concedidas no segundo semestre de 2012 para edificações de maior porte. Se, por um lado, esse trabalho exigiu grande concentração da equipe, por outro, familiarizou a todos com os

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

problemas reais da cidade, sendo as conclusões apresentadas publicamente no início de abril, iniciando a fase de discussões e ajustes com proprietários e envolvidos, sempre desenvolvidas paralelamente ao planejamento urbano da cidade.

Quanto ao Plano Diretor e ao Código de Obras do município, o diagnóstico de início de gestão foi alarmante: as análises e aprovações de projetos já não guardavam correspondência com estratégias de desenvolvimento urbano de qualquer dos setores da cidade e as concessões de alvarás haviam se tornado quase que rituais administrativos, focados em aspectos formais que guardavam pouca correspondência com as questões urbanas que efetivamente precisariam ser enfrentadas.

Foi a partir desse momento que se solidificou o entendimento sobre a emergência do novo Plano Diretor da cidade, permitindo que uma legislação atualizada e revigorada estivesse à disposição da sociedade em 2014. O fato determinante dessa decisão foi constatar que, diariamente, a SMDU, IPUF e FLORAM, precisam expedir licenças, emitir certidões, consultas de viabilidade, alvarás, certificados de habite-se e negativas diversas, baseados em legislação ultrapassada e que já não serve à sociedade.

A despeito das dificuldades, já em maio de 2013, foram apresentados os primeiros resultados completos: o conceito, as premissas e diretrizes do Plano, inclusive todas as bases do raciocínio lógico que permitiu as tomadas de decisões em campos tão diversos quanto a distribuição do crescimento, mobilidade, paisagens culturais e meio ambiente.

O Seminário da Cidade de Florianópolis foi realizado no Auditório Guapuruvu, da UFSC, entre 25 e 26 de março e reuniu aproximadamente quinhentos inscritos pelo espaço de dois dias. No primeiro dia, foram marcantes a mesa “Qualificação de Cidades”, o painel: “Planejamento Urbano em Florianópolis” e no segundo, “Cidades Brasileiras, Desafios” e “Planejamento Urbano e Meio Ambiente em Florianópolis” seguido de “Participação Governamental e das Organizações Sociais na Elaboração do Plano Diretor de Florianópolis”. O

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

último ato do evento foi uma ampla plenária, com palavra livre e que versou principalmente sobre o Plano Diretor de Florianópolis. Finalizou-se com a divulgação dos estudos preliminares empreendidos pela prefeitura Municipal de Florianópolis.

A 5ª Conferência Municipal da Cidade, realizada no Auditório da Justiça Federal no dia 27 de maio, foi outro espaço importante de debates e reflexões. O dia iniciou com palestras de apresentação dos temas, seguindo-se a divisão em quatro Grupos Temáticos, envolvendo cerca de quatrocentos presentes. No segundo período do dia, os GT's propuseram diretrizes, deliberadas com a plenária. Em seguida, formalizou-se a votação dos delegados para representar o município na Conferência Estadual da Cidade.

Quase de forma concomitante, sob os auspícios do IPHAN, desenvolveu-se em Florianópolis nos dias 6 e 7 de maio, o simpósio denominado "Cidades do Futuro". O evento teve como palco o Auditório da Reitoria da UFSC e a proposta da Prefeitura Municipal mereceu destaque na noite de abertura e nos dois dias seguintes em que transcorreu o Ciclo de Palestras, tendo sido amplamente debatida pelos mais de duzentos participantes inscritos.

O lançamento do Projeto Orla, desenvolvido em parceria com o Ministério do Planejamento, também se realizou no Auditório da Justiça Federal e propiciou outros dois dias de trabalhos em que a pauta versou quase exclusivamente sobre as questões e desafios do planejamento urbano integrado a preservação da orla da cidade. Como no evento promovido pelo IPHAN, o andamento dos trabalhos do Plano diretor foi apresentado pelo superintendente e pelos diretores do IPUF.

Portanto, somente entre março e maio, ocorreram três grandes eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e outra agendada por entidade federal, todos direcionados para soluções da problemática urbana de Florianópolis.

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

Paralelo a esse ciclo de eventos ocorreram, conforme calendário aprovado ainda em abril, as reuniões do Núcleo Gestor do Plano Diretor, enquanto as apresentações da base conceitual, com todas as propostas e diretrizes principais, foi levada a diversas entidades, dentre as quais, a ACIF, o CDL, FloripAmanhã e o Sinduscon.

Em agosto, o executivo municipal trouxe ao Núcleo do Plano a proposta de calendário para sequência do processo, dando início a duas semanas de Reuniões Distritais e com Entidades Públicas e Privadas, realizadas no IPUF, junto com as representações distritais e institucionais.

No dia 5 de setembro, concluída a proposta técnica, a PMF levou ao Núcleo Gestor o conjunto de mapas e trouxe, mais uma vez, uma nova proposta para o calendário final, que compreendia a realização de cinco Audiências Públicas Setoriais e de uma Audiência Pública Geral, para fechamento do processo, prevendo que o projeto fosse remetido à Câmara de Vereadores de Florianópolis no início de outubro.

A proposta considerava o avanço dos trabalhos técnicos, arduamente obtido pela equipe, e também a oportunidade política de concluir a aprovação do projeto na Câmara de Vereadores ainda em 2013, uma vez que já haviam sido aprovadas as matérias do exercício atual julgadas mais importantes pelo Executivo. Considerando o conhecido grau de desatualização da legislação em vigor, que o ano legislativo se inicia com recesso parlamentar e que 2014 será um ano eleitoral, a proposta foi levada ao núcleo em caráter emergencial, como uma oportunidade que o Executivo Municipal considerava crucial aproveitar.

A despeito das ponderações do Executivo, o Núcleo Gestor não atendeu ao pedido de urgência e, em resposta, exigiu a realização de treze Audiências Públicas Distritais, além de pelo menos uma grande Audiência Pública Geral, proposta que, na melhor das hipóteses,

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

levaria a apresentação do projeto à Câmara de Vereadores para fins de novembro, ignorando a oportunidade administrativa e política vislumbrada pelo Executivo com o intuito de aprovar o Plano ainda em 2013.

Como consequência, e em função do grau de desgaste das relações com parte dos membros do Núcleo – que a este tempo já se ressentia da falta de algumas representações fundamentais – o Executivo optou por dissolver o Núcleo Gestor, nomeado por Decreto Municipal, assumindo diretamente as responsabilidades de interlocução do processo com a sociedade na fase final de apresentação do Plano. Importante destacar que a extinção do núcleo não levou o governo a desconsiderar o esforço comunitário, nem os agentes do processo – pelo contrário: todos os representantes e os grupos de participantes que desejaram foram recebidos pela equipe técnica do IPUF e a grande maioria participou das oficinas distritais e depois das setoriais.

Ato contínuo, a Prefeitura Municipal de Florianópolis efetivou a maior concentração de reuniões e encontros comunitários da história do planejamento urbano da cidade, realizando uma série inédita de oficinas técnicas baseadas na apresentação e debates públicos dos mapas e textos propostos pelo grupo técnico do município.

Essas oficinas foram realizadas em todos os principais distritos e bairros da cidade e também com todas as entidades públicas e privadas mais representativas da sociedade.

Tomando como exemplo os distritos e bairros, ao invés das treze Audiências Públicas Distritais pretendidas, foram realizadas cinquenta e uma (51) oficinas técnicas em vinte e um distritos, cada um deles visitado no mínimo duas vezes, sendo cinco dessas oficinas realizadas com caráter setorial – abrangendo Norte, Leste, Sul e Distrito Sede na Ilha e Continente. As reuniões com entidades foram divididas entre Instituições Públicas e Privadas e envolveram dentre outros, dentre as entidades públicas: a UFSC, UDESC, CREA, CAU,

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

IPHAN, SPU, OAB, Fiesc, ICMBio, FATMA e dentre as privadas, IAB, ASbéia, Sinduscom, CDL, ACIF, Sapiens Parque, FloripAmanhã, Floripa Te Quero Bem.

As reuniões distritais e de bairros foram divulgadas através de rádios, jornais da cidade, Diário Oficial do Município e carros de som. A metodologia empregada teve como princípio estabelecer o contato direto com as comunidades, propondo encontros objetivos que tiveram sempre como base os documentos elaborados ao longo do ano. As colaborações comunitárias foram levadas às oficinas distritais e, por fim, as contribuições foram sistematizadas e sintetizadas em material apresentado na Audiência Pública. Dessa forma, foram empreendidas pelo menos duas oficinas em cada uma das vinte e uma localidades selecionadas, todas com prazo mínimo de três horas de duração, apresentando mapas e conclusões deixados com as representações locais na primeira oficina, retornando, na semana seguinte, para debates aprofundados. Todas as representações que solicitaram mais encontros foram atendidas, e como parte integrante da metodologia, a equipe técnica do IPUF permaneceu – e permanece até então – à disposição de representações, grupos de envolvidos ou interessados em geral. Portanto, a equipe técnica do IPUF atendeu, por trinta dias, cerca de 950 indicações e consultas de representantes, desde a realização da primeira oficina no dia 25 de setembro até a Audiência Pública no dia 17 de outubro.

No dia 17 de outubro, antecedida pelos prazos e proclamas formais, foi realizada Audiência Pública, convocada pelo Executivo Municipal, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado e que contou com ampla participação pública. Importante destacar que, depois de mais de duas horas de palavra livre, onde todos os que pretenderam se inscrever tiveram direito à manifestação, e decorrido mais de um mês desde que o estudo formal do Executivo Municipal foi tornado público, inclusive pelo site oficial da Prefeitura, nenhuma indicação específica ou de mudança objetiva, nos mapas ou no texto da lei, foi proposta pelos componentes da Audiência.

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

No dia 18 de Outubro, o Projeto de Lei Complementar, que institui o Plano Diretor de Urbanismo de Florianópolis, que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão, foi formalmente entregue pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Resumo

Em síntese, como culminância de processo iniciado há sete anos e reiniciado formalmente em fevereiro de 2013, foram realizados três seminários abertos, de médio e grande porte entre março e junho, promovidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, todos amplamente divulgados, abertos á sociedade e com amplo direito ao contraditório.

Em agosto de 2013 a equipe técnica do IPUF recebeu, em reuniões técnicas realizadas na sede do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, todas as treze representações distritais até então instituídas, em reuniões individuais e por setores, perfazendo um total de 14 encontros técnicos. Também o conjunto das entidades públicas e privadas foi recebido em oficinas de mesmo formato.

Nenhuma das numerosas oficinas ou reuniões técnicas, deixou de destinar espaço para debates com palavra aberta a todos os participantes.

No dia 5 de setembro, em reunião ordinária convocada pelo Executivo Municipal para apresentar mapas e minuta do Projeto de Lei, o Núcleo Gestor, sem examinar os documentos, colocou em votação um calendário que na prática inviabilizava a tramitação do Plano Diretor no exercício de 2013.

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

O município tornou sem efeito o decreto que instituía o Núcleo e convocou: (a) quarenta e sete reuniões distritais (sendo cinco setoriais), acabando por realizar reuniões extras a pedido de representações locais, resultando em cinquenta e duas oficinas distritais e setoriais; (b) reuniões com entidades públicas e privadas que envolveram: UFSC, UDESC, SPU, IPHAN, OAB, CREA, CAU, IAB, CDL, ACIF, ICMBio, Fiesc, FATMA, Sapiens Parque, ASbéia, Sinduscon, FloripAmanhã, Floripa Te Quero Bem; (c) Audiência Pública para finalizar os trabalhos de desenvolvimento do Plano Diretor no Executivo Municipal.

Tanto quanto nas oficinas distritais, as reuniões com entidades convergiram para duas amplas apresentações setoriais, seguidas de debates com entidades profissionais de engenharia e arquitetura e outra com entidades jurídicas, sendo a primeira delas realizada na ACE (Associação Catarinense de Engenheiros) e a segunda na OAB.

As reuniões com entidades e lideranças foram realizadas até o dia 18 de outubro de 2013, data da entrega formal do Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal de Vereadores, e se estenderam além dessa data, envolvendo, dentre outros: duas reuniões gerais de apresentação do projeto na Câmara de Vereadores; reuniões específicas com o Ministério Público Federal e Estadual, com o colegiado do Executivo Municipal, com o IAB, CAU, FloripAmanhã, OAB, Acif, Sapiens Parque, CDL, Fiesc, Sinduscon, Fórum da Bacia do Itacorubi.

Paralelamente a esse inaudito esforço de diálogo com a sociedade, o município estruturou, através do IPUF, equipes transversais de trabalho, que se envolveram com o plano diretor a partir de cinco temas fundamentais: (1) mobilidade urbana, (2) saneamento e abastecimento, (3) habitação e áreas de interesse social, (4) patrimônio cultural e (5) meio ambiente.

Como coroamento final dos trabalhos técnicos, ainda foram contratados três profissionais de notório saber em áreas estratégicas e que contribuiriam decisivamente para com o projeto de lei complementar levado a câmara de vereadores: Gustavo Restreppo, arquiteto colombiano e um dos artífices do processo de renovação urbana da cidade de Medellín, na Colômbia, que atuou como consultor geral,

Florianópolis

Plano Diretor Participativo

com ênfase nas áreas de interesse social; Cyro Ilídio Correa de Oliveira Lyra, na área de patrimônio cultural; Gilberto Rufino, consultor jurídico geral.

Foi assim, depois deste verdadeiro mutirão técnico que envolveu profissionais jovens e veteranos, que a equipe do plano diretor se declara orgulhosa dos resultados de seu trabalho, formalmente tramitando na câmara de vereadores de Florianópolis e que, por parte do município, permanece em fase de análises e coleta de contribuições por parte da coletividade de Florianópolis.